

escola **i**nformação

Nº 307 | JAN/FEV 2024 | MENSAL | 0,50€

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



SOU PROFESSORA
NÃO PEÇO MUITO,
APENAS O QUE ME FALTA
HÁ ANOS: RESPEITO,
DIGNIDADE E VALORIZAÇÃO

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS |
10 DE MARÇO DE 2024
Encontros e Debates com os Partidos
José Feliciano Costa | **Pag. 6**

PROJETOS PEDAGÓGICOS
Vamos viajar, mas com alma
Com José Augusto Lucas | **Pag. 12**

CADERNO
Apresentação Comemorações
50 anos SPGL | **Pag. 23**

**sumário****4****escola em movimento**

- Plenários Regionais e Reuniões Sindicais | p. 4
- Encontros e Debates com os partidos | p. 6
- As promessas dos partidos políticos... | p. 8
- Professores na Campanha | p. 9
- Jornadas Pedagógicas do SPGL | Vários | p. 10
- Reportagem: Vamos viajar, mas com alma | p. 12
- Perguntas com Resposta | p. 14
- Consultório Jurídico | Legislação | p. 15

16**placard sindical****18****cidadania**

- A voz a quem entra | p. 18
- CGA | Cordão reivindicativo Frente Comum | p. 19
- XV Congresso CGTP-IN | p. 20
- Opinião: A transição energética, os negacionistas e nós | p. 21
- Internacional: Paz anseio dos povos | p. 22

23**caderno**

- Apresentação Comemorações 50 anos do SPGL | p. 23
- SPGL tantos anos como Abril | p. 24
- Programa das comemorações | p. 26
- Escola Informação. Da nova estrutura e grafismo | p. 27

29**breves**

- Vários | pp. 28-29
- Espaço ABC | p. 30
- Sugestões | p. 31

**ficha técnica**

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra
Conselho de Redação Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Graça Sousa, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas
Composição Fátima Caria
Jornalistas Lúcia Calapez, Sofia Vilarigues
Paginação e Grafismo Dora Petinha
Capa: D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lúcia Calapez
Impressão Multiponto, S.A. **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Tiragem** 15.500
Depósito legal 9157/85 **ICS** 109893



Professores estão atentos e presentes durante a campanha eleitoral

Está na rua a campanha eleitoral para as eleições de 10 de março, as quais têm como objetivo eleger, nos círculos eleitorais correspondentes, os deputados que irão ocupar o hemiciclo do parlamento.

Com a correlação de forças que daí resultar, irá construir-se a futura solução de governo.

Os debates realizados foram pouco esclarecedores, talvez também pelo formato escolhido que favorece mais as diatribes, os soundbites, o performativo e de substantivo parece que fica muito pouco.

Logo após a marcação das eleições, a FENPROF teve reuniões com alguns partidos. Das reuniões já realizadas e dos debates de 2 de fevereiro, com as questões do Ensino não Superior e de 9 de fevereiro, com as questões do Ensino Superior e da Investigação, foi possível conhecer as propostas que estes partidos têm para a Educação e Ciência.

O conhecimento dos programas eleitorais de todos os partidos que se vão apresentar a votos é muito importante e o voto dos professores tem de ser, necessariamente, pela defesa dos serviços públicos de qualidade e, na Educação, a adoção de medidas que não coloquem em causa a Escola Pública e a valorização dos profissionais que lá trabalham.

As promessas e os “cantos de sereia” sucedem-se e ficam registadas, mas atenção ao que podem esconder. Porque vão-se sucedendo as referências “mais ou menos”, “a livre escolha”, o cheque ensino, os vouchers, os contratos de associação, os rankings como bitola para financiar escolas pelos resultados, entre outros.

Estes são projetos claramente depredatórios da Escola Pública e que visam desresponsabilizar o Estado das suas obrigações, diminuindo progressivamente o seu papel na educação, um dos pilares estruturantes de qualquer democracia. Aliás, projetos que, concomitantemente, não só reforçariam as condições de pobreza num país onde esta é ainda tão visível como abririam o caminho ao surgimento de novos pobres.

Os professores estão atentos e presentes durante todo o período de campanha eleitoral. A FENPROF percorre o país, dando destaque aos problemas da Educação que consideram os educadores, professores e investigadores portugueses, como prioritários para o executivo que sair das eleições de 10 de março. São estes: o financiamento da educação e da investigação, as carreiras, as condições de trabalho, o envelhecimento e a aposentação, a formação profissional, a precariedade, a falta de professores, a educação inclusiva e tantas outras questões que urgem resolução. Esta Caravana, “Os Professores em Campanha”, iniciou o seu percurso no dia 26 de fevereiro, em Viana do Castelo e termina no dia 8 de março, em Ponta Delgada, percorrendo a área do SPGL no dia 1 de março (alguns concelhos do distrito de Leiria), 5 de março em Lisboa e Santarém e 6 de março, em Setúbal.

Afirmar a importância dos professores como alicerce fundamental da Escola e reforçar que a sua desvalorização afeta gravemente a Escola Pública de Abril, prestes a comemorar 50 anos, é o objetivo fundamental desta caravana. ●

A luta recente, a do momento atual e a que vai continuar

Plenários Regionais e Reuniões Sindicais



Jorge Gonçalves | Vice-Presidente SPGL

Foi e será com a luta que os professores, não só resistem, como avançam nos seus direitos e na valorização da Escola Pública!

Os plenários regionais e as dezenas de reuniões sindicais realizadas pelo SPGL, neste período, permitiram discutir a atual situação político-sindical e as questões específicas da Educação no quadro eleitoral em que se realizaram. Foi feito o balanço das reuniões com os partidos políticos e as propostas apresentadas pela FENPROF, no seguimento das iniciativas anteriores, em particular das petições em curso, colocando questões centrais para todos os setores e níveis de ensino, da Educação pré-escolar ao Ensino Superior. Ficou claro que os que só agora assumem “compromissos” como em torno da recuperação do tempo de serviço, o fazem em resposta à luta dos educadores e professores. Mesmo assim é necessário conhecer e acompanhar para perceber bem em que medida e de que forma. Como afirmado pela FENPROF, os Professores, os Educadores de Infância e os Investigadores têm, por isso, um papel muito importante, devendo conhecer o que está em causa e decidir sobre o reforço no investimento na Escola

Pública e nos Serviços Públicos, recusando entregar aquelas que são funções sociais do Estado aos privados. Também ficou claro que o diálogo e a negociação, bem como a resolução de problemas se tornam ainda mais difíceis em contextos de maioria absoluta, como foram exemplos os Governos de 2005, PS/Sócrates com Maria de Lourdes Rodrigues, de 2011, PSD/CDS com Nuno Crato e recentemente em 2022, com PS com João Costa. Nos plenários regionais e reuniões sindicais valorizou-se os resultados das lutas dos professores no regime dos concursos, com o “aspirador” do DL 74/2023, inscrição na CGA, entre outras, mas também das razões para continuar a lutar pela recuperação integral do tempo de serviço com a recomposição da carreira, por melhores horários e condições de trabalho, pelo fim da precariedade num momento marcado pela falta estrutural de professores, ou ainda por uma aposentação digna. Ficou claro que o que se alcançou até agora foi sempre resultado da luta dos educadores e professores, assim como será certamente com a continuidade da luta. Daí a necessidade de continuar a ações em curso, nomeadamente



PLENÁRIO INTERCONCELHIO | SETÚBAL, 1/2/24



PLENÁRIO REGIONAL SANTARÉM | BENAVENTE, 26/1/24



PLENÁRIO REGIONAL OESTE | TORRES VEDRAS, 21/2/24



PLENÁRIO REGIONAL LISBOA | LISBOA, 21/1/24



PLENÁRIO REGIONAL SETÚBAL | SEIXAL, 8/2/24

as greves ao sobretrabalho, horas extraordinárias e CNL, ou pelo processo de reinscrição na CGA, entre outras já realizadas. Mas também garantir que a necessidade de investimento na escola pública e a valorização

dos professores se mantenha durante a campanha eleitoral, valorizando a participação na ação “Professores na campanha”, promovida pelos sindicatos da FENPROF por todo o país e, em particular nas ações de Lisboa,

Santarém e Setúbal, a 5 e 6 de março. Foi e será com a luta que os professores, não só resistem, como avançam nos seus direitos e na valorização da Escola Pública! ●

Eleições Legislativas | 10 de março 2024

Encontros e Debates com os partidos



José Feliciano Costa | Presidente SPGL

Docentes e investigadores querem respostas, que permitam estabilizar, valorizar e dignificar a profissão docente no quadro de uma Escola Pública de Qualidade, Democrática, Inclusiva e Solidária

Os encontros com os partidos, numa ronda ainda não concluída e os dois debates promovidos pela FENPROF, o primeiro sobre as questões do ensino não superior, em 2 de fevereiro, e o segundo sobre as questões do ensino superior e da investigação, no dia 9 de fevereiro, permitiram já muitos esclarecimentos e continuam a colocar na agenda as questões da Educação. Aliás, **não existe memória de uma pré-campanha eleitoral em que as questões da educação, nomeadamente a recuperação do tempo de serviço, tivessem tanto destaque como nesta, resultado da luta desenvolvida pelos professores.**

O primeiro momento destes encontros com os partidos foram as reuniões (Livre, PAN, BE e PCP), que permitiram clarificar as razões da nossa luta. “Por que Lutam os professores” foi o mote.

Nestas reuniões, a FENPROF explicou as razões de uma luta já longa e que, apesar de desgastante, não tem desmotivado os professores que dizem claramente que não pararão de lutar. Não desistem de lutar pela valorização da sua profissão e por um investimento adequado na Educação, que garanta que as escolas possam dar as respostas que lhes são exigidas.

Ao longo desta ronda de reuniões os partidos foram, mais uma vez, informados que professores não aceitam esta clara opção política de subfinanciamento do setor que é já crónica e que coloca em causa a Escola Pública, impedindo a melhoria das condições de trabalho dos docentes e a melhoria das aprendizagens dos alunos.

Milhares de professores abandonam precocemente a profissão, porque esta não lhes dá as condições de trabalho e a segurança necessária para iniciar um projeto de vida. Os jovens que concluem o Ensino Secundário não procuram os cursos de formação de docentes e os mais velhos, na grande maioria exaustos e desencantados, anseiam pelo momento da aposentação.

Os partidos com quem nos reunimos, ouviram, registaram e levaram dali muita informação para os seus programas eleitorais, afinal essa era também a nossa intenção.

No segundo momento, com os debates, já foi possível ouvir dos partidos, as linhas gerais do que pretendem para a Educação e Ciência. O objetivo foi colocar os partidos políticos a falar sobre as suas propostas para a educação e a confrontar ideias.

No debate de dia 2 de fevereiro, com a presença de centenas de pessoas, presencialmente e online, com os representantes de BE, IL, LIVRE, PAN, PCP, PS e PSD, discutiu-se o futuro



Debate Ensino Não Superior
Registado por alunos do curso profissional de Técnico Multimédia da ES D. Dinis, em Lisboa



Debate Ensino Superior e Investigação



DEBATE ENSINO NÃO SUPERIOR | ES D. DINIS, LISBOA, 2/2/24



DEBATE ENSINO NÃO SUPERIOR | ES D. DINIS, LISBOA, 2/2/24



DEBATE ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO | ICS, LISBOA, 9/2/24 2/2/2024 [J. CARIA/FENPROF]



DEBATE ENSINO NÃO SUPERIOR | ES D. DINIS, LISBOA, 2/2/24

da Educação e foram apresentadas diversas propostas para a valorização da Escola Pública e dos seus profissionais. O debate de 9 de fevereiro, teve como objetivo conhecer as políticas que os partidos se propõem levar a cabo na próxima legislatura para resolver os principais problemas que afetam o Ensino Superior e da Investigação

científica (ESI), nomeadamente o combate à precariedade laboral, a valorização das carreiras e a recuperação da vida democrática nas instituições. Estiveram presentes representantes do BE, IL, LIVRE, PAN, PCP, PS e PSD.

O JF [www.fenprof.pt/jf-314-fevereiro-2024], recentemente publicado, reúne um

conjunto de respostas dos partidos políticos a um conjunto de perguntas, para as quais os docentes e investigadores querem respostas, que permitam estabilizar, valorizar e dignificar a profissão docente no quadro de uma Escola Pública de Qualidade, Democrática, Inclusiva e Solidária.●

Quatro petições

As promessas dos partidos políticos não podem cair em saco roto



António Anes | Vice-Presidente SPGL

A FENPROF, logo após o anúncio da dissolução da Assembleia da República, na sequência da demissão do primeiro-ministro António Costa, resolveu avançar com **quatro petições** tendo como finalidade cobrar promessas políticas expressas por vários dirigentes partidários e comprometendo os partidos concorrentes às eleições.

Constituem 4 eixos reivindicativos importantes da FENPROF que os representantes eleitos dos partidos políticos terão que ter em conta no exercício de funções seja no parlamento seja no governo:

1 - A carreira, incluindo a recuperação do tempo de serviço e a revisão da avaliação do desempenho; 2 - O combate à precariedade; 3 - A aposentação e rejuvenescimento da profissão; 4 - As condições de trabalho, incluindo horários. Estas são exigências para a defesa de uma escola pública de qualidade das quais os professores não poderão abdicar. Por isso **todos deveremos assinar as 4 petições que estão a circular nas escolas e nos sites da FENPROF e dos seus sindicatos, incluindo o SPGL.**

Embora já se tenham recolhido milhares de assinaturas que serão suficientes para serem apresentadas e discutidas em plenário na futura Assembleia da República, interessaria continuar a assinar pois, neste caso, o número também conta. Serão tanto mais representativas quanto mais assinaturas tiverem. É esse o desafio que faço. Na área do SPGL ainda há muita margem para recolha e o tempo dessa recolha é agora antes das eleições. Os partidos políticos já foram confrontados com o seu teor nas reuniões que houve com

a FENPROF. Alguns deles, fruto da ação desenvolvida durante anos pelos professores, já assumiram nos seus programas compromissos claros comprometedores e incluíram medidas concretas para resolver alguns problemas da classe docente. Contudo, atenção! Nem tudo são rosas nas propostas eleitorais. Algumas apontam em sentido contrário das propostas da FENPROF. Um exemplo claro são as propostas de alteração à avaliação de desempenho dos docentes, onde alguns partidos apontam para um maior controle pelas Direções, o desempenho ligado aos resultados dos alunos e até a manutenção das quotas.

Mas será na futura Assembleia da República que os deputados serão confrontados com essas promessas bem como com outras exigências expressas nas petições que a FENPROF entregará. Serão então obrigados a responder pelos compromissos assumidos. A FENPROF lembrá-los-á. Se os representantes dos partidos querem tornar a carreira dos professores atrativa e resolver um dos grandes problemas que a escola pública enfrenta, como, por exemplo, a falta de professores, sejam coerentes e assumam as promessas.

A ação que agora nos é exigida é assinar, assinar, assinar para depois obrigar o futuro parlamento e o futuro governo a cumprir, cumprir, cumprir. ●



Petição 1
Recuperação do tempo de serviço



Petição 2
Eliminar a precariedade



Petição 3
Regime específico de aposentação



Petição 4
Horários e condições de trabalho e de aprendizagem



De Viana do Castelo
a Faro, Madeira
e Açores

OS PROFESSORES NA CAMPANHA

Pela **PROFISSÃO DOCENTE** em defesa da **ESCOLA PÚBLICA**



Professores na Campanha



Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) lançou uma iniciativa pioneira intitulada “Professores na Campanha”, visando promover a participação ativa dos docentes no cenário das eleições legislativas

Entre os dias 26 de fevereiro e 8 de março, são realizadas concentrações diárias, às 10:00 e às 15:00 horas, que, distrito a distrito, percorrem o país, e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Serão convocados Plenários Distritais de Professores e Educadores em local público. Em várias capitais, para além da concentração e do plenário, realizam-se desfiles de Professores na Campanha, com a distribuição de um folheto à população e a afixação de uma faixa da campanha em local de grande visibilidade.

Esta iniciativa pretende, em período de campanha eleitoral, destacar os problemas que, no âmbito da Educação, deverão ser considerados prioridade de resolução para o governo que vier a sair da Assembleia da República, a eleger em 10 de março.

Num contexto em que a educação enfrenta desafios complexos como a falta de professores, em que a valorização dos profissionais é fundamental, a iniciativa da FENPROF surge como um catalisador para amplificar as vozes dos professores. A iniciativa chegará a Lisboa (Rossio) a 5 de março, pelas 10 horas e em Santarém (Largo do Seminário) às 15 horas, sobre o tema da Falta de Professores, a 6 de março será a vez de Setúbal (Praça

do Bocage) desta vez com a Carreira Docente, que representam duas das áreas estratégicas.

Ao lançarem-se na campanha, os professores não apenas exercem o seu direito democrático, mas também demonstram o seu compromisso com a melhoria do sistema educacional e das condições de trabalho. A presença ativa nas discussões sobre políticas educativas, enriquece o debate público e contribui para a formulação de soluções mais abrangentes e eficazes, não deixando esquecer os temas centrais que estiveram nas reivindicações destes últimos tempos, nem as promessas eleitorais.

Para além das reivindicações gerais que estarão presentes nas intervenções a realizar, também haverá uma Tomada de Posição que será posta à votação para entrega aos partidos políticos em cada distrito. A entrega da Tomada de Posição, em cada distrito, será feita posteriormente pelas direções distritais dos sindicatos que integram a FENPROF.

Ao envolverem-se ativamente no debate político e social, os professores contribuem para a construção de uma sociedade mais democrática, informada e inclusiva, onde a voz de todos os cidadãos, incluindo a dos profissionais da educação, é ouvida e valorizada.●

Educação Especial Falta de recursos compromete inclusão

Jorge Humberto | Dirigente SPGL

Os resultados do levantamento da FENPROF sobre o DL da Educação Inclusiva referem que a falta de recursos humanos está a comprometer a inclusão e o apoio a muitos alunos com NE, com 83% dos diretores a dizer que não há recursos suficientes para uma verdadeira inclusão. Dados reportados pelos diretores abrangem um universo de 112 187 alunos, 12 157 professores e 5 266 assistentes operacionais de todos os distritos. A insuficiência de docentes de Educação Especial é referida por 73% dos diretores, bem como de AO, 78% e técnicos, 85%. Quando aumentam os alunos com NE e muitas turmas não são reduzidas, a falta de apoios diretos, de terapias e de acompanhamento de AO, sobrecarrega as escolas e os profissionais e põe em causa o que se apregoa. ●

Processo negocial Cruz Vermelha Portuguesa dá o dito por não dito

No passado dia 20 de fevereiro estava agendada nova ronda negocial mas, a CVP, mais uma vez, pediu que esta fosse adiada, continuando a não respeitar o processo negocial. Neste contexto, os sindicatos (FENPROF, FNST-FPS, SEP e STSS) convocaram uma conferência de imprensa para a hora a que estava agendada a reunião, com o intuito de denunciar a má-fé da CVP no processo negocial e exigir a intervenção do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. ●



Jornadas Pedagógicas do SPGL ontem e hoje



Paula Rodrigues | Dirigente SPGL
(GT Jornadas Pedagógicas)

Na continuação de um trabalho de décadas de apoio aos sócios e reforço da formação profissional dos docentes, a Direção Regional de Lisboa organizou e publicou em janeiro as Jornadas Pedagógicas de 2024. Conforme pode ser consultado em www.spgl.pt/jornadas-pedagogicas-2024-direcao-regional-de-lisboa, as Jornadas são compostas por 7 ações de formação de curta duração e 6 visitas que procuram ir ao encontro das necessidades de atualização científica e pedagógica de educadores e professores de todos os ciclos de ensino, são um espaço de partilha e debate e visam apresentar estratégias de abordagem de conteúdos e de desenvolvimento de competências. Os temas das ações são muito abrangentes como a importância da brincadeira no desenvolvimento infantil, estratégias para a dinamização da leitura, expressão dramática, construção de brinquedos com materiais reutilizados, Português Língua Não Materna, intervenções em contexto escolar assistidas por animais e as

TIC, mais concretamente o Excel. As visitas por seu lado permitem um contacto direto entre os docentes e com espaços de enorme interesse histórico, artístico, cultural, ambiental e político, constituindo propostas para futuras visitas de estudo com alunos.

Num ano em que comemoramos os 50 anos de existência do SPGL, importa igualmente recordar que a preocupação com a formação científica e pedagógica dos docentes está patente praticamente desde a fundação do sindicato.

Com efeito, em outubro de 1977, na edição n.º 0 (zero), II série, do *Escola* (antecessor do *Escola Informação*), são claríssimos os objetivos que norteiam o funcionamento dos “Cursos de Setembro”, que muito se assemelham aos das Jornadas Pedagógicas do presente. No artigo intitulado “Cursos de Verão”, afirma-se que «A formação profissional é um direito de todos os trabalhadores e uma das mais justas reivindicações dos professores ao MEIC» e «Foi com este espírito que o Sindicato organizou esta iniciativa

2024

ORNADAS PEDAGÓGICAS

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA

[Cursos de Verão] com a qual os professores têm vindo a provar ao MEIC que é premente a necessidade que sentem de atualizar e completar permanentemente a sua formação, que têm interesse em fazê-lo e que é possível realizar essa formação permanente». «Para pôr de pé esta realização, o Sindicato teve que contar com a colaboração de um conjunto de professores que se puseram à disposição dos colegas para orientar os cursos e conseguiu assim, pôr a funcionar 19 cursos no distrito de Lisboa e 2 no distrito de Setúbal, onde se inscreveram para cima de 1000 professores».

Já a edição n.º 1, II série, do *Escola*, em janeiro de 1978, assume claramente os Cursos de Setembro como “Uma experiência a continuar”, dado o seu enorme sucesso, sobretudo junto dos professores do “Ensino Primário” e de Português. As principais necessidades de formação mencionadas nos inquéritos de satisfação diziam respeito a questões pedagógicas.

Tal como hoje, o SPGL defende que

relativamente ao direito à formação profissional, «... é ao MEIC [ME] que compete dar formação e apoio pedagógico aos professores; é ao MEIC [ME] que os professores devem reivindicar e exigir a formação e o apoio pedagógico». «Ao promover estas iniciativas, o Sindicato responde a uma efectiva solicitação dos professores, mas não pretende substituir o MEIC nem facilitar-lhe a vida. Só na medida em que os cursos sejam diferentes – no espírito que os anima e no próprio conteúdo – dos que o MEIC faria (se a isso se dispusesse), só na medida em que os entendemos como um ponto de partida para a reivindicação de um debate – ou da formação profissional; só na medida em que os professores que frequentam os cursos passam a ter uma participação activa em toda a vida do sindicato – é que eles se inscrevem numa acção sindical que tem como objetivo a criação de um Sindicato forte e a luta por um ensino democrático na unidade de todos os professores».

E.Pré-Escolar/1.º CEB

Webinar



João Barros | Dirigente SPGL

No dia 8 de fevereiro realizou-se o Webinar Nacional da FENPROF focado nas condições de trabalho da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico tendo contado com a presença do Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, das Coordenadoras Nacionais dos setores e a participação de mais de duas centenas de colegas em permanência.

O Secretário Geral da FENPROF fez um enquadramento retrospectivo destes dois setores ao longo dos anos, referindo algumas das conquistas conseguidas pela luta dos professores, nestes níveis de ensino.

Os dirigentes da Madeira e dos Açores apresentaram o modelo de funcionamento do 1º Ciclo e da Educação Pré-escolar. A monodocência, nas referidas Regiões, praticamente não existe e a realidade é completamente diferente. A componente letiva nos Açores é de 22 horas, com reduções semelhantes aos outros níveis de ensino. Também, graças à luta dos professores, a recuperação do tempo de serviço é já uma realidade e não uma promessa como verificamos agora em tempos de campanha eleitoral.

No decorrer do webinar, foram ainda lembrados os resultados do inquérito realizado anteriormente no âmbito da EPE e apresentados os resultados preliminares do inquérito do 1º ciclo, que ainda está a decorrer, e posteriormente serão apresentadas em conferência de imprensa as conclusões que refletem os problemas dos docentes em monodocência. ●

ESCOLA/N.º 1/JAN 78/PÁ G. 23

Cursos de Setembro:

Uma experiência a continuar

Conforme noticiámos na «ESCOLA N.º 1», os Cursos de Setembro promovidos pelo Sindicato excederam todas as expectativas quer em termos de número de inscrições e participantes efectivos, quer em termos de que revelaram as respostas aos inquéritos realizados durante os cursos.

O Sindicato dos Professores pôs entre outras, as seguintes 4 questões aos participantes para avaliar a recepção dos cursos e da sua adequação e utilidade:

— não estavam inicialmente inscritos — o que provocou problemas organizativos e mesmo de «injustiça entre os sócios»;

— Muitos dos participantes nos cursos não preenche-

— Repare-se na diferença de proporção de professores do ensino oficial em relação aos professores do ensino particular nos cursos destinados a professores do ensino primário e nos destinados a pro-

mente que os professores que frequentaram os cursos reconheceram a sua utilidade.

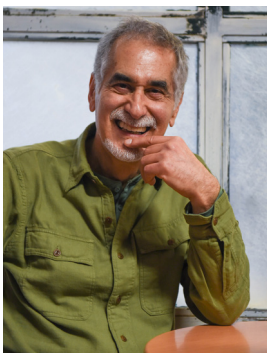
Os cursos foram para uns a primeira oportunidade que tiveram de tomar contacto com determinadas matérias (e incluímos aqui quer os casos de professores de ensino primário que se inscreveram em cursos como Socialismo e Movimento Operário, quer a professores de Filosofia que se inscreveram em cursos de Linguística, por exemplo, quer de professores do ensino

Projetos Pedagógicos

Vamos viajar, mas com alma

"Viagens com Alma" é o nome de um projeto da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas [ESPJAL], de que os mais antigos registos datam de 2016. Um novo nome, que dá sequência a outros projetos anteriores.

Lígia Calapez, Sofia Vilarigues | Reportagem



Mário de Sousa
Professor Escola Secundária
Professor José Augusto Lucas

"Viajar é sublimar a obra humana. Viajar até Veneza, é encontrar um espaço do espírito onde habita a beleza eterna. O seu Carnaval são grandes telas pintadas com mestria, onde pigmentos de tantas cores se soltam e espalham Magia e Alegria. É lugar comum, mas é importante dizer que estas viagens sonhadas, desenhadas e pintadas, só fazem sentido e só acontecem graças a um trabalho intenso de colaboração e partilha entre alunos e os seus professores e entre estes"

Mário de Sousa
(texto lido na abertura da exposição)

No fulcro desta dinâmica – que, sendo um projeto de artes, anualmente inclui alunos e professores de várias áreas – está Mário de Sousa, professor de Desenho A. Na breve entrevista que tivemos com ele, no mesmo espaço em que fervilhavam os preparativos para um espetáculo de apresentação da nova exposição - Veneza... Cidade flutuante, cidade Mágica -, foi possível ficarmos com uma pequena noção do muito que este projeto envolve. Com uma ideia de fundo, como frisou o nosso entrevistado: "São viagens com alma. É nós olharmos para as coisas. E não olhar por olhar. Olhar e observar e ver o que está lá por detrás daquilo tudo".

O que é o "Viagens com Alma"?

"Viagens com Alma" é um projeto que visa irmos a vários sítios sem sairmos da escola. E possibilitar que toda a gente possa visitar sítios a que às vezes não conseguimos ir.

Como é que isso se faz?

No início do ano, o tema é proposto aos alunos. Depois de eles anuírem, e se gostarem do tema, nós avançamos.

Que turmas são envolvidas?

Normalmente, vou envolvendo duas turmas. Que são as de Artes. Depois, há muitos colegas que também

fazem trabalhos, em vários níveis. No nono ano, oitavo ano, sétimo ano. Tento envolver as outras escolas do agrupamento. Participam alunos e professores de Geografia, Geometria Descritiva, Português, Educação Física, Cine-Multimédia, Educação Visual, EVT... Porque eu penso que só assim isto é importante.

E o que digo aos meus alunos é: Vocês têm de aprender. Aqui na escola, nós não damos só matérias. **Temos de ensinar o que é a vida. E a vida é colaborarmos uns com os outros. Participarmos todos na vida uns dos outros. E é isso que nós fazemos.**

Que viagens já fizeram?

Já fizemos muitas. O ano passado foi África. Foi espetacular. Muita cor, boa música. Foi muito interessante.

Cada projeto tem duas exposições. Uma em novembro, em que nós mostramos à escola a temática que vamos abordar. E, depois, em maio, normalmente, é a exposição final. Em que renovamos os cenários todos.

Desta vez foi diferente, porque era o Carnaval de Veneza e não fazia sentido fazer em maio o Carnaval.

Qual tem sido a participação dos alunos?

É boa. Há grande participação. Nós temos aqui cenários grandes pintados, cenários de 5 metros por 5. Isto durante o dia de aulas é difícil. Mas à



reportagem
fotográfica



quarta-feira à tarde não há componente letiva. De maneira que é nessas tardes que fazemos aqui um estendal enorme e vamos pintando os cenários. Depois, vou recrutando grupos de uma turma e da outra e vamos fazendo, assim, as nossas tarefas. Tento misturar. A tal mistura de que eu gosto.

Que artes é que envolvem?

Temos a dança, a pintura, o desenho, o canto. Tentamos reunir tudo. Também os alunos do ensino articulado. Hoje, vamos ter um grupinho grande de atuações. Eu fico tão contente! Fazemos sempre um beberete. Desta vez fomos ao Pingo Doce e, como queríamos uma coisa ligada à Itália, pedimos gelados e pizzas. É o que eu digo aos meus alunos. Quando há boa vontade nós damos volta às situações. Conseguimos sempre. E depois tenho uma direção excelente. Isso dá-me mais força. E mais possibilidades de trabalhar. Também tenho colegas excepcionais, que colaboram. E é esta envolvimento que faz o projeto. O projeto é isto.

Houve envolvimento, anterior,

também de alunos da Pedreira dos Húngaros?

Sim, nos primeiros anos. Foi incrível! Na altura tínhamos muitos cabo-verdianos. Fizemos uma exposição sobre Cabo Verde. E fomos a Cabo Verde. Foi muito interessante. Porque colaboravam imenso. Fizemos um desfile com trajes típicos. Fizemos uma venda de peixe (muitos tinham pais e mães que vendiam peixe). De legumes. Foi incrível. Íamos à Pedreira dos Húngaros e convivíamos e conversávamos. E era assim que os convidávamos para virem a estas iniciativas. Tínhamos uma boa relação. Quando a gente se aproxima, a relação torna-se fácil.

Fizeram mais viagens, foram a mais sítios?

Fizemos muitas viagens, de acordo com a temática dos projetos. Fomos a Cuba. Fomos a Cabo Verde. Fomos à Grécia. Tudo com o dinheiro que conseguíamos com a venda de bolinhos que fazíamos. Ou com almoços temáticos na sala de professores. E era assim que arranjávamos dinheiro. Não era todo, mas era uma boa parte. Mas agora, não

podemos fazer isso. Já não é permitido. Para mim é muito fácil, na aula, pedir aos alunos para fazerem um trabalho. Porque eu tenho a certeza de que eles vão abraçar aquilo. Porque fica um laço. E o que eu digo, às vezes, é que o pior das viagens são as despedidas. Quando eles se vão embora.

Qual é a importância das viagens?

A importância das viagens? É o que eu digo sempre: vamos viajar, mas com alma. Não é viajar por viajar. Por isso, o tema. São viagens com alma. É nós olharmos para as coisas. E não olhar por olhar. Olhar e observar e ver o que está lá por detrás daquilo tudo.

E como é que faz isso?

É valorizando o que eles fazem. E dizer que as coisas não acontecem por acaso. Aquilo está ali, por algum motivo. É mostrar o sentido das coisas.●



Blog do projeto Viagens com Alma
<https://viagensnaespaj.blogspot.com/>



Ensino Particular, Cooperativo, IPSS e Misericórdias

Processo negocial com as Misericórdias

Pedro Nunes | Dirigente SPGL

No seguimento do processo negocial com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a FENPROF participou numa concentração com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas (FNSTFPS), junto ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, durante uma reunião que ocorreu na DGERT, com vista à revisão das tabelas salariais.

Nessa reunião, a UMP referiu que a maioria das Misericórdias a nível nacional apresentou resultados negativos no ano de 2023.

Quanto ao setor das creches, a UMP salientou que as verbas recebidas no âmbito do Compromisso de Cooperação com o Governo, são insuficientes face às despesas das instituições. Por esses motivos, não manifestaram disponibilidade para aumentos salariais com retroativos a 2023 e apresentaram novas tabelas salariais para 2024 com um aumento insignificante, o que levou a comissão negociadora sindical a rejeitar a proposta apresentada.

Perante a posição dos sindicatos, a UMP ficou de rever a sua proposta, comprometendo-se a apresentar novas tabelas salariais, antes da próxima reunião a 15 de março. ●

perguntas **com** resposta



Concursos



João Pereira | Dirigente SPGL

PERGUNTA 1

Um docente de carreira (QA/QZP) que obtenha colocação através de Mobilidade Interna pode manter-se no AE/EnA de colocação no ano escolar seguinte caso continue a existir a necessidade de horário letivo no AE/EnA?

Não, as colocações obtidas na Mobilidade Interna cessam no final do ano letivo tendo a duração máxima de um ano letivo. ●

PERGUNTA 2

O Concurso Interno deixou de ser quadrienal e passou a ter uma periodicidade anual. Os docentes de Quadro de Zona Pedagógica (QZP) são obrigados a concorrer anualmente?

Sim, são obrigados a concorrer anualmente até conseguirem entrar num Quadro de Agrupamento (QA) ou Escola não Agrupada (EnA) através de colocação no Concurso Interno. Os docentes de QZP devem concorrer a todos os AE/EnA do QZP de vinculação, considerando-se que quando a candidatura não esgote a totalidade dos AE/EnA, manifestam igual preferência por todos os restantes AE/EnA, fazendo-se a sua colocação por ordem crescente do código de AE/EnA. ●

Conhecer os direitos fundamentais



Lídia das Neves Boto | Advogada

No exercício das minhas funções, colaboro no esclarecimento de muitos pedidos de informação, de muitas dúvidas e, naturalmente, na resolução de assuntos trazidos pelos docentes dos ensinos público, privado e do setor social que recorrem ao Serviço de Contencioso ou Apoio a Sócios.

Um dos temas que assume maior relevância e que agora destaco é a preocupação dos docentes em conhecer os seus direitos fundamentais, designadamente no que à informação sobre a sua situação individual diz respeito.

É com frequência que os docentes são surpreendidos com atos praticados pelas direções sobre a sua vida profissional com os quais se conformam, por considerarem que aquelas atos estão de acordo com a lei. E, nessa consciência, sujeitam-se, por vezes, a ilegalidades cometidas sobre a sua carreira. Esta circunstância ocorre, por desconhecimento do direito de acesso à informação e à fundamentação de tudo o que respeita a relação laboral. Têm, pois, os docentes direito a ser informados sobre os circunstancialismos jurídicos

e factuais que originaram determinada decisão e resulta da atuação dos seus superiores hierárquicos, do seu empregador. Os docentes têm direito à informação sobre o processo individual que o empregador público ou privado deve ter, obrigatoriamente, de cada trabalhador.

O docente tem direito a saber dos atos e diligências praticadas que lhe digam respeito e, para tal, tem ao seu dispor o previsto no artigo 82.º do Código de Procedimento Administrativo, no caso do exercício do direito à informação, e artigo 83.º do mesmo diploma que consagra o direito à fundamentação, tudo no que diz respeito ao ensino público.

Quanto ao setor do ensino privado e social, importa esclarecer que o empregador é obrigado a manter um processo individual do trabalhador, conforme o disposto no artigo 127.º do Código do Trabalho, isto é, com todas as informações relevantes sobre a sua vida profissional e, que em caso de dúvida ou outra questão importante, o trabalhador tem direito a consultar.●

legislação

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 5/2024 Despacho n.º 435/2024

Designa representantes das associações e sociedades científicas e pedagógicas para o conselho científico do Instituto de Avaliação Educativa, I. P.

Portaria 11/2024

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 337/2004, de 31 de março, alterada pela Portaria n.º 220/2013, de 4 de julho, e à primeira alteração à Portaria n.º 220/2013, de 4 de julho, no que respeita à certificação da incapacidade temporária para o trabalho

Portaria n.º 18/2024

Identifica as unidades orgânicas de ensino

da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2023-2024

Despacho n.º 1017-A/2024

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o ano de 2024

Despacho Normativo n.º 2/2024

Procede à terceira alteração do Despacho Normativo n.º 10-A/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 116, suplemento, de 19 de junho de 2018

Decreto-Lei n.º 17/2024

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024

Portaria n.º 39-B/2024

Aprova os modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento

Despacho n.º 1294/2024

Constitui o grupo de trabalho para a promoção da língua mirandesa

Despacho Normativo n.º 4/2024-Diário da República n.º 37/2024, Série II de 2024-02-21

Aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo 2023/2024.





2018

Proposta de Orçamento do Estado prevê o descongelamento das progressões nas carreiras da administração pública. No entanto, a recuperação do tempo de serviço docente dos dois períodos, 2005 e 2017, os mais de nove anos [9 anos, 4 meses e 2 dias] ficou por esclarecer.

Professores não desistiram de lutar e a versão final do Orçamento do Estado, entretanto aprovada, remete para a discussão com os sindicatos o tempo e a forma de descongelamento da carreira.

2019

O Parlamento aprova, inclusive, um projeto de resolução para a contagem de todo tempo de serviço na administração pública, com a abstenção de PSD e CDS-PP.

Depois de mais uma ronda negocial, o Governo propõe algo que a FENPROF considera insultuoso e inaceitável, a recuperação de apenas 2 anos e 10 meses.



11 de fevereiro de 2023

Há um ano 150.000 pessoas desfilaram pelas ruas de Lisboa na maior manifestação de sempre de educadores e professores, convocada por uma plataforma de 9 organizações sindicais, designadamente a FENPROF e os seus sindicatos, incluindo o SPGL. Ontem e hoje, professores, educadores e investigadores, reclamam políticas e medidas que respondam aos problemas que afetam a profissão e criam dificuldades à organização e funcionamento da Escola Pública, uma das maiores e mais significativas conquistas de Abril e da nossa Democracia.

Flashback - Contagem do Tempo de Serviço

Comissão Parlamentar da Educação, apenas com a oposição do PS, aprova proposta de recuperação de todo o tempo de serviço congelado.

AR chumba, no plenário, o diploma que permitia a recuperação de todo o tempo de serviço congelado. António Costa ameaça demitir-se. PSD e CDS-PP mudam o sentido de voto e juntam-se ao PS para chumbar a contagem integral do tempo de serviço.

As Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, aprovaram por unanimidade, propostas para a recuperação integral do tempo de serviço congelado aos docentes, de forma faseada.

Professores e educadores portugueses não desistem de ver a sua carreira recomposta e não vão baixar os braços sempre que estiverem em causa os seus legítimos direitos. Essa é a promessa que deixam a futuros governos!



a voz a quem entra



Sara Covas | Dirigente Sindical

Raquel Coelho tem 28 anos. Atualmente no 2.º ano do Mestrado em Ensino de Português no 3.º Ciclo e Secundário, enfrenta os desafios de um estagiário: as propinas para pagar, um trabalho para conciliar com o estágio, aulas observadas e a exigência de um relatório final. Nada que a esmoreça, pré-sindicalizada este ano, sabe que o caminho é de luta.

S.C.: Qual é o sentimento entre os estudantes e as principais queixas que existem em relação aos estágios?

R.C.: No meu ano de mestrado, entre os colegas da área e os restantes, o ambiente era de muita esperança com a conversa dos estágios remunerados. Muitos de nós estávamos a fazer grandes sacrifícios para estar ali, a tentar equilibrar trabalhos full-time com um mestrado pós-laboral. Com o aproximar do final do ano letivo fomos percebendo que o decreto não entraria em vigor a tempo dos nossos estágios. Alguns colegas decidiram ficar um ano à espera. Aliás, acho que a maioria ponderou isso, por essa altura estávamos todos esgotados. Os colegas que estão agora no 1.º ano vinham também entusiasmados com a possibilidade do estágio remunerado. Enfim, acho que há aqui uma falta de seriedade no tratamento destes estudantes. Da parte das faculdades eles sabem bem as condições de estudo em que muitos de nós estamos, nem desconhecem que uma grande parte dos estudantes já eram professores não profissionalizados. Esta última questão liga-se diretamente às queixas em relação aos estágios. Podes até ter 3 anos de serviço que terás na mesma de passar um ano letivo a assistir a 16 horas semanais de aulas do teu professor cooperante. E esta ideia de passar 16 horas a assistir às aulas de um colega, como se, na verdade, voltássemos ao ensino obrigatório, tem muito pouco de produtivo.

S.C.: A verdade é que a ideia de os estagiários terem uma turma e uma remuneração, era mais uma forma do governo colmatar a falta de professores do que propriamente estarem interessados ou

preocupados com a nossa formação. A parte pedagógica continua muito afastada daquilo que é a realidade das escolas.

R.C.: Acho que é uma situação com duas vertentes. Por um lado, há um distanciamento enorme na abordagem de muitos professores em relação à realidade escolar. Isto passa por não incluírem os verdadeiros desafios nos seus planos, como acomodações pedagógicas, novos modelos de avaliação, falta de motivação, sobrecarga de trabalho, turmas muito grandes. Chega ao ridículo de nos dizerem para imaginarmos turmas perfeitas quando estamos a planificar. Entre o corpo docente dos mestrados de ensino também há uma grande desmotivação e até impreparação de alguns professores.

S.C.: E mesmo assim, ainda há quem queira abraçar esta profissão e lute por ela. O que te move?

R.C.: Os alunos! E certamente que a visão de um mundo melhor entra nessa equação. Ensinar é um ato político. Desde os meus tempos de aluna que me indignavam as horas excessivas na escola, os professores mal preparados e a falta de lugar de fala dos alunos. Também me inspiravam os professores que inovavam, nos tornavam o centro das aulas. É um privilégio trabalhar com adolescentes e construir conhecimento com eles. Acredito muito na educação, na sua importância individual, mas também coletiva. Isso dá-me força para lutar por um ensino público melhor. Os alunos precisam de mais e diferente, as escolas precisam de ser renovadas, e os professores precisam de condições laborais.●



Protesto - reinscrição na CGA

Mais de uma centena de docentes, entre outros trabalhadores da Administração Pública, protestaram no dia 23 de janeiro de 2024, junto à Residência Oficial do Primeiro-Ministro, exigindo a reinscrição na Caixa Geral de Aposentações, processo que foi suspenso em outubro sem qualquer justificação e que está a deixar trabalhadores sem assistência médica, a impor a devolução de milhares de euros a alguns e, a outros, a exigir que sejam apresentados documentos de baixas médicas de doenças ocorridas há vários meses.

Sem explicação para a suspensão deste processo, a insistência da FENPROF acabou por dar frutos com a revelação, em reunião em 5 de janeiro, pelo Se-

cretário de Estado da Segurança Social da intenção do governo em alterar a lei para que os tribunais deixem de decidir em sentido contrário àquele que é a sua vontade política.

Por isso mesmo, FENPROF e a Frente Comum solicitaram uma audiência ao (ainda) Primeiro-Ministro. Após uma reunião com membros do gabinete, esperava-se uma resposta que deveria passar pelo cumprimento da lei e consequente reinscrição de quem o pretendesse fazer. Mas não. O governo não alterou a posição que tinha e os professores continuam impedidos de se reinscreverem na CGA, exceto quando têm decisões favoráveis dos tribunais, como continua a acontecer, com os últimos acórdãos a serem já de janeiro deste ano.●

CGA - Entrega de Ação no Tribunal Administrativo de Lisboa

A reinscrição na Caixa Geral de Aposentações é uma possibilidade legal, como confirmam todas as decisões até hoje tomadas pelos tribunais, levando, inclusivamente, a que o conselho diretivo da CGA tivesse admitido a reinscrição dos interessados.

Face ao que se está a passar, e esgotada a via do diálogo com os governantes, a FENPROF apelou aos docentes que já foram subscritores da CGA e que pretendessem reinscrever-se, como é seu direito, que se dirigissem aos Sindicatos que constituem a FENPROF, no sentido de serem organizadas as necessárias ações a entrar em tribunal, devendo as mesmas avançar o mais ra-

pidamente, antecipando-se a eventual alteração da lei.

Entretanto, no passado dia 19 de fevereiro, foram já entregues nos Tribunais Administrativos e Fiscais de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Beja e Loulé várias ações, interpostas por docentes, com o apoio dos Sindicatos da FENPROF, que exigem ao governo que autorize a sua reinscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA). O SPGL entregou ação no Tribunal Administrativo de Lisboa, com a presença do Secretário Geral-Adjunto da FENPROF e Presidente do SPGL, José Feliciano Costa.●

Cordão Reivindicativo

Frente Comum



Augusto Figueiredo | Dirigente do SPGL

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública realizou, no passado dia 16 de janeiro de 2024, da Praça do Rossio ao Cais das Colunas, em Lisboa, uma acção de luta denominada Cordão Reivindicativo, a qual contou com a participação de mais de três centenas de dirigentes, delegados e ativistas sindicais.

Sob o lema «Não nos Demitimos de Lutar pelo Reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado!», os participantes desfilaram com faixas, pancartas e cartazes, tendo expressado diversas reivindicações dos trabalhadores da AP, entre as quais se destacam: o aumento geral dos salários e do salário mínimo, a valorização das carreiras e profissões, a contagem integral do tempo de serviço, o fim da precariedade, o respeito pelos horários e melhorias das condições de trabalho, o fim das quotas no acesso aos 5.º e 7.º escalões, a revogação do SIADAP, a urgência de um regime justo de apresentação, entre outras.

Os tempos que vivemos obrigam a uma profunda reflexão. Chamados a eleições para os 230 Deputados da Assembleia da República, e apesar de promessas de circunstância, temos que fazer valer as nossas justas reivindicações e reafirmar o direito a uma Administração Pública mais forte e ao serviço das populações. Sim, no dia 10 de Março são 740 mil trabalhadores da Função Pública que estarão em condições de votar, cerca de 10% dos eleitores. Não será indiferente a escolha que cada um(a), incluindo cada professor(a), educador(a) e investigador(a), fará.

Não nos demitimos de lutar! ●



XV Congresso CGTP-IN



Augusto Figueiredo | Dirigente do SPGL

Realizou-se no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha, no Seixal, o XV Congresso da CGTP-IN, sob o lema «Com os trabalhadores, organização, unidade e luta! Garantir direitos, combater a exploração. Afirmar Abril por um Portugal com futuro!».

Mais de 700 delegados de estruturas sindicais, filiadas e não filiadas, participaram no órgão deliberativo máximo da CGTP-IN, que teve lugar nos dias 23 e 24 de fevereiro. O XV Congresso iniciou-se com um De-file/Concentração com a participação de inúmeros trabalhadores. Ao longo do XV Congresso foram também vários os convidados presentes, entre os quais professores, educadores e investigadores. Digna de registo, é igualmente a participação de 120 sindicalistas internacionais, representando aproximadamente 90 centrais sindicais de todo o mundo, as quais estiveram reunidas na Conferência Sindical Internacional que, antecedendo o Congresso, teve lugar no dia 22 de fevereiro, no Fórum Municipal do Seixal, na Quinta dos Franceses, no Seixal. Durante o Congresso foram realizadas mais de 96 intervenções por parte dos delegados que abordaram a atual situação política e social e as justas reivindicações nos mais variados sectores.

No final do XV Congresso da CGTP-IN foram aprovados por larga maioria o Projeto de Programa de Ação e a Carta Reivindicativa [com 51 abstenções e 42 abstenções, respetivamente, e nenhum voto contra]. Também o Relatório de Atividades foi aprovado [unanimidade].

Foram ainda aprovadas por larga maioria as Resoluções «Acção e Luta Reivindicativa, Aumentar Salários, Garantir Direitos, Combater a Exploração» e «Acção Sindical Integrada, Mais Iniciativa, Ação Reivindicativa, Organização e Luta, Melhores Resultados» [37 abstenções e 4 abstenções, respetivamente], bem como 6 Moções sobre os mais diversos temas:

- Desenvolvimento Científico e Técnico ao serviço do progresso e justiça social [1 abstenção]

- Dia Internacional da Mulher, Liberdade, Igualdade, Portugal com justiça social [unanimidade]
 - Aumentar Salários, Reduzir horários, Acabar com a precariedade, Afirmar Abril por uma vida melhor [unanimidade]
 - 50.º Aniversário do 25 de Abril, presente e futuro com a força dos trabalhadores, 1.º de Maio, construir uma grandiosa jornada de luta [unanimidade]
 - Preservar o Ambiente por uma sociedade justa e sustentável [unanimidade]
 - Contra a Guerra e a Exploração, pela Paz e o progresso social [46 abstenções]
- No decorrer dos trabalhos do XV Congresso foi eleito o novo Conselho Nacional da CGTP-IN que, por sua vez, na primeira reunião realizada, elegeu a sua Comissão Executiva e o seu Secretariado. Realça-se ainda a eleição do novo Secretário Geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira, que realizou a intervenção de encerramento do XV Congresso.●

«Isto camaradas, não é preciso muita ciência. As opções contrárias aos interesses dos trabalhadores, do povo e do país, têm obviamente motivos e interesses políticos. Assim como na Educação, na Escola Pública. Alguns quando lhes convém enchem a boca com a valorização da Escola Pública, mas esquecem os professores, esquecem os técnicos, os auxiliares, esquecem os alunos, esquecem as bases e a importância de uma Escola Pública, universal, gratuita e para todos e fazem de tudo para a entregar ao sector privado. Por isso mesmo camaradas, permitam-me reafirmar que não existe meio termo. Existem opções políticas. Ou estamos ao lado de quem trabalha, ou ao lado de quem explora.»

Tiago Oliveira, Secretário-Geral da CGTP-IN

A transição energética, os negacionistas e nós



Joaquim Carvalho | Dirigente Sindical

Sem prejuízo das certas científicas de que as alterações nos padrões climáticos têm um cariz antrópico e que estas exigem, urgentemente, uma alteração nos modos de produção de energia, verificamos, porém, uma manifesta e generalizada incapacidade comunicativa do mundo académico para este problema, na qual a Geografia e demais ciências ambientais, têm acrescidas responsabilidades. A esta incapacidade crónica da academia em “falar para fora”, crescem os ventos negacionistas que contaminam todo o debate que, concluído o diagnóstico, deveria nortear-se pela busca de soluções. O consenso generalizado em torno das alterações climáticas existe, mas este não impede que um grupo, apesar de minoritário, mas extremamente vocal e beneficiando da era da democratização das opiniões, incluindo as mais abstrusas e boçais, possa exercer o seu direito à negação de uma realidade que deveria ser intuitiva e autoexplicativa. Na outra ponta da mesa, temos a comunidade científica mundial mainstream, cujos protagonistas têm revelado uma desconcertante incapacidade de capitalizar ganhos de causa, sobretudo aquando de momentos decisivos e mundialmente mediatizados como, por exemplo, na recente COP 28.

É, de resto, curioso que face a um eminente e retumbante falhanço nos compromissos finais, já em período de descontos, lá se anunciou, para efeitos de manchete, um importante compromisso no aumento ao recurso a fontes de energia renovável. Quanto ao resto, fica quase tudo como estava. Esperamos, cinicamente, que na já anunciada COP29, e cujo país anfitrião é o Azerbaijão, (também ele um estado altamente dependente da economia dos combustíveis fósseis), se afigure possível uma transição de discursos ociosos para ações concretas. Na verdade, nada disto importa se não encarrarmos o facto de estarmos perante uma

transição energética desenhada e voltada para o esforço dos contribuintes e não para as multinacionais do ramo. Vejamos os vários impostos sobre o consumo de combustíveis fósseis nos países europeus, vulgarmente denominados de impostos verdes, que invariavelmente recaem sobre o consumidor. Esses impostos servem, na prática, como financiamento às grandes multinacionais para que estas operem essa transição. Isto porque, algures no passado, a maioria dos estados optou, como ditam as boas práticas liberais, por privatizar a sua autonomia estratégica, abdicando da sua mais importante arma democrática: força para implementar decisões coletivas.

Este tipo de contradições e o agravar das condições de vida de uma boa parte da população, alimentam a descrença e desconfiança dentro do sistema. A ausência de respostas concretas para problemas reais, por parte de governos e entidades supranacionais, atrai indivíduos para as fileiras dos negacionistas das alterações climáticas, indivíduos aos quais as evidências científicas não são, de todo, alheias ou incompreensíveis, mas antes parte de uma equação que está, por ora, incompleta.

A tendência para sobrevalorizar o sujeito na sua ação individual, amputando-o do coletivo e inculcando-lhe um sentimento permanente de culpa que, perante um problema de dimensões colossais, leva, inevitavelmente, a uma espécie de comiserção coletiva e um generalizado sentimento de fracasso. Década após década, de cimeira em cimeira, falhanço após falhanço, o sentimento de culpa avoluma-se. Numa arquitetura onde os custos da transição, esmagam a condição económica dos indivíduos, as preocupações com o futuro do planeta, são, paulatinamente, substituídas com outro tipo de angústias e inquietações que, em bom rigor, se afiguram mais concretas e objetivas do que as abstratas “pegadas ecológica” ou a “emissão de CO2 per capita”. ●

internacional

Paz anseio dos povos

A paz é um direito humano fundamental, sabendo-se que o futuro da Humanidade depende da paz que formos capazes de construir.

Ida Figueiredo | Presidente da DN do CPPC

Os povos anseiam a paz e exigem o cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas, tal como, em Portugal, a Constituição da República Portuguesa (artigo 7º) sublinha, designadamente quando pugna pela solução pacífica dos conflitos internacionais e rejeita o colonialismo e quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração entre os povos, defendendo também o desarmamento geral, simultâneo e controlado.

Como se sublinhou no III Encontro pela Paz, realizado no passado dia 28 de outubro, em Vila Nova de Gaia, com o lema “Nos 50 anos de Abril, pela paz não somos demais”, organizado por 13 organizações, incluindo a FENPROF, mas em que participaram cerca de 100 envolvendo 800 participantes, é fundamental tomar posição e esclarecer a verdade, como o CPPC procura fazer com a educação para a Paz em colaboração com professores em muitas escolas, e promover a cultura da paz com todos os verdadeiros amantes da paz.

Num tempo tão complexo como o que estamos a viver, em que estes princípios estão a ser sistematicamente postos em causa, com destaque para o que se passa na Palestina, com o estado de Israel a prosseguir a ocupação, a repressão e a chacina, importa multiplicar esclarecimentos, iniciativas diversas a denunciar a situação e a exigir a paz.

Na faixa de Gaza, em quatro meses de bombardeamentos de casas, infraestruturas e equipamentos essenciais, incluindo a destruição de hospitais e escolas, já mataram cerca de 30 mil palestinos, dos quais mais de 12 mil

crianças, feriram mais de 65 mil pessoas e mantêm um cerco impedindo ou dificultando o abastecimento de água e outros bens essenciais, condenando à fome uma população de mais de dois milhões de pessoas.

Entretanto, os EUA continuam a vetar um cessar-fogo na Faixa de Gaza e, pela sexta vez, impediram, com o seu veto, a aprovação de uma resolução no Conselho de Segurança da ONU visando o cessar-fogo imediato e o apoio humanitário.

Em Portugal, como noutros países, em múltiplas manifestações tem-se exigido o fim ao massacre e denunciado a cumplicidade com os crimes de Israel, recordando que são norte-americanas muitas das armas utilizadas contra a população da Faixa de Gaza.

Assim, aqui fica também o apelo à continuação da mobilização, pois na defesa da paz todos não somos demais, em torno de um cessar-fogo imediato e permanente na Faixa de Gaza, da entrada sem limitações da necessária ajuda humanitária, da reconstrução do território, do fim da ocupação, com desmantelamento dos colonatos, postos de controlo militares e muros, pugnando pela criação do Estado da Palestina independente, soberano e viável nas fronteiras anteriores a junho de 1967 - Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, reconhecida como capital - com a garantia do direito ao regresso dos refugiados.

Esta é uma causa importante e indispensável à paz no Médio Oriente e no mundo, uma paz que só será duradoura se for justa, baseada nos direitos inalienáveis dos povos e no respeito pelo direito internacional.●



**Apresentação
comemorações
50 anos SPGL**

Este é o ano das comemorações dos 50 anos do SPGL. Foi em 2 de maio de 1974, ainda com o perfume de Abril no ar que, na primeira reunião geral de professores em liberdade, iniciada na Escola Preparatória Manuel da Maia e depois, devido à exiguidade do espaço pelo elevado número de professores presentes, e já em pleno Pavilhão dos Desportos, nasce o Sindicato de Professores da Zona da Grande Lisboa, mais tarde SPGL.

Foram 50 anos, com vitórias, com derrotas, com alegrias e com tristezas, mas sempre com um projeto sindical, em torno de matérias socioprofissionais que permitam a valorização da profissão docente, da melhoria da Educação e do Ensino e de uma Escola Pública e de qualidade para todos. Uma nota final para a nossa revista, o Escola Informação, que tem a partir de hoje um novo grafismo, mas mantém os princípios estruturantes e orientadores de uma revista de referência, ao mesmo tempo informativa e formativa. ●

SPGL tantos anos como Abril

Lígia Calapez, Sofia Vilarigues | Jornalistas

As comemorações dos 50 anos do aniversário do SPGL, que se assinala a 2 de maio deste ano, arrancaram formalmente dia 18 de janeiro, com a apresentação pública que teve lugar na sede do SPGL. Entre a partilha de memórias e o assinalar de perspetivas. E, naturalmente, a apresentação do programa das comemorações, por José Costa, Presidente da Direção Central, na intervenção de encerramento.

A sessão contou com as intervenções de Rosa Vaz (Presidente da Assembleia Geral de Sócios), Augusto Pascoal (Presidente do Conselho Fiscal) e Manuela Mendonça (Presidente do Conselho Nacional da FENPROF).

E, ainda, com as saudações de representantes da CGTP-IN, da União dos Sindicatos de Setúbal, da Confederação Nacional das Associações de Pais, da Federação das Coletividades de Cultura e Recreio, do Conselho Português para a Paz e Cooperação e da Associação 25 de Abril.

“Foi em 2 de maio de 74, com o perfume de Abril no ar, logo na primeira reunião geral de professores em liberdade, iniciada na escola preparatória Manuel da Maia - e, depois, devido à exiguidade do espaço, por causa do elevado número de professores presentes, e já em pleno pavilhão dos desportos, hoje Carlos Lopes - que nasceu o sindicato de professores da zona da Grande Lisboa, mais tarde SPGL”. Começou por lembrar José Costa.

“As raízes já lá estavam”, sublinhou. Raízes implantadas “pelos muitos professores que, em plena ditadura, corajosamente, assumiram a luta pela dignificação da classe, pela liberdade de associação. Que enfrentaram denúncias, perseguições, a prisão,



a perda de direitos”. Professores que “criaram os grupos de estudo dos professores eventuais e provisorios. Depois, grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário (GEPDES)”.

Estava, assim, lançada “a semente da construção de uma consciência associativa” e do nascimento “do que é hoje - e que foi na altura - o sindicalismo docente em liberdade”.

Um percurso “com vitórias, com derrotas, com alegrias, com tristezas também. Mas sempre, sempre, ancorados num projeto sindical. Em torno de matérias socioprofissionais. Que permitissem a valorização da nossa profissão docente, a melhoria da educação e do ensino e de uma escola pública e de qualidade para todos”.

Caminho que, desde 1983, é partilhado com a FENPROF e, desde 2002, com a CGTP.

Celebrar é partilha de memórias, é lembrar caminhos percorridos. Mas é fundamental olhar para o futuro. “Falar com as gerações mais novas. Com quem está a chegar agora. E esse é indubitavelmente um esforço que tem de ser feito. Fazê-lo sem ideias pré-concebidas, mantendo sempre uma postura crítica e reflexiva. Promovendo condições para a construção de um espaço seguro dessa discussão”.



“Esse é o caminho que temos de fazer”, salientou José Costa.

Contributos para a consolidação do regime democrático

Manuela Mendonça centrou a sua intervenção em três linhas.

A primeira, “uma palavra de regozijo pelo contributo do SPGL e dos restantes sindicatos da FENPROF, para a consolidação do regime democrático”.

A segunda “é de preocupação face aos desafios que temos pela frente”. Apontando que a “crescente escassez de professores qualificados, em Portugal e em muitos outros países, ameaça o direito à educação e a qualidade das nossas democracias”, abordou ainda as eleições legislativas de 10 de março “e a possibilidade de daí poder resultar uma maioria parlamentar de direita, com o reforço de forças ultraliberais, ultraconservadoras, populistas e até fascistas”, representando “uma enorme ameaça à linha de progresso”.

A terceira “é uma palavra de estímulo para a luta que falta travar”. Neste âmbito, Manuela Mendonça referiu quatro exemplos da ação do

SPGL e da FENPROF. Contribuíram para o debate sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pelo Parlamento em 1986, com uma proposta com 179 pontos. Em 1990, após um duro processo negocial, foi concretizada a adoção do Estatuto da Carreira Docente. Em 2016, estiveram “no centro de uma mobilização de muitos sectores da sociedade portuguesa” numa marcha sob o lema Unir Vozes em Defesa da Escola Pública, que uniu em Lisboa mais de 80 mil pessoas. Em 2023, “cerca de 150 mil professores participaram numa manifestação em Lisboa, exigindo melhores condições de trabalho e respeito pela profissão docente. Esta manifestação, que terá sido a maior de sempre, foi promovida por uma plataforma de 9 sindicatos e federações de educação, na sequência de um convite feito pela FENPROF”.

Augusto Pascoal lembrou os grupos de estudo e a “Assembleia Geral constituinte deste sindicato”, no dia 2 de maio de 74.

Rosa Vaz, por sua vez, salientou que o SPGL “não defende apenas os professores, defende a escola pública, defende a educação como um direito para todos”.●

Programa das comemorações



■ MATERIAIS GRÁFICOS

Afixação de faixas e outros materiais comemorativos na Sede e nas Delegações do SPGL.

■ TESTEMUNHOS

Recolha (aberta a todos os sócios) e publicação de testemunhos de quem viveu Abril e cinquenta anos de sindicalismo livre.

■ CICLO DE DEBATES E CONFERÊNCIA

No seu conjunto esta iniciativa destacará o contributo decisivo do SPGL em lutas e conquistas estruturantes de professores, educadores e investigadores, bem como na Escola Pública, Educação e Ciência, e o seu papel insubstituível no presente e no futuro. Para o efeito, serão realizados três debates nas regiões do Oeste, de Setúbal e de Santarém ainda no presente ano letivo. O ciclo culminará com a realização de uma Conferência, no início do ano letivo 2024/2025, em Lisboa.

■ CONCERTO

Realização de um grande espectáculo musical comemorativo do cinquentenário do SPGL, no dia 5 de maio de 2024, no Fórum Lisboa, em Lisboa. Os artistas serão divulgados brevemente, assim como os respetivos títulos de solidariedade.

■ ROTEIRO SPGL

Conjunto de iniciativas a levar a cabo pelas Direções Regionais de Lisboa, Santarém, Setúbal e Oeste, designadamente em locais emblemáticos da História do SPGL.

■ CONVERSAS

Em colaboração com a URAP, no dia 20 de março, haverá uma conversa com Conceição Matos e Domingos Abrantes, no momento da apresentação do livro «Elas estiveram nas prisões do fascismo». Também no dia 28 de fevereiro o Departamento de Aposentados realizou uma conversa com Américo Nunes, a pretexto da apresentação do livro «Conversas Carregadas de História».

■ VISITAS

Em maio, numa iniciativa promovida pelo Departamento de Aposentados (DA), será realizada uma visita à Casa Memorial Humberto Delgado, em Torres Novas. Também neste mês, enquadrada nas Jornadas Pedagógicas da Direção Regional de Lisboa, será realizada uma visita ao Museu Nacional Resistência e Liberdade, em Peniche. O DA realizará também uma visita ao local, em junho.

■ CAMINHADA DA LIBERDADE

O DA promoverá uma visita, aberta a todos os sócios, à Lagoa de Santo André, no dia 13 de abril.

■ EXPOSIÇÃO

O Espaço ABC, acolherá entre abril e maio, uma exposição com diferentes materiais, designadamente capas e manchetes produzidas em diferentes publicações do Sindicato ao longo dos últimos 50 anos de democracia e de SPGL. Posteriormente, a exposição circulará pelas regiões.

■ LIVRO

Edição das comemorações dos 50 anos do SPGL, a publicar em maio de 2025, e que compilará diferentes registos das iniciativas realizadas ao longo do cinquentenário, bem como uma seleção de testemunhos recolhidos, encerrando oficialmente as comemorações dos 50 anos.●



Escola Informação

Da nova estrutura e grafismo

É com prazer e responsabilidade que, após uma intensa pesquisa e reflexão, designadamente em torno de publicações antecessoras, como o *Boletim do Sindicato dos Professores*, publicado logo em 1974, ou o antecessor *Escola* (publicado a partir de 1977), lhe apresentamos a nova estrutura e grafismo do *Escola Informação*, cuja «edição 0» data de 1981 e desde então apresentou inúmeras versões.

Saudando o envolvimento de todos os que contribuíram para esta edição, designadamente do Conselho de Redacção do EI, dos autores dos diferentes artigos, bem como dos trabalhadores do Centro de Documentação da FENPROF e do Departamento de Informação do SPGL, em especial de Dora Petinha, responsável pelo novo grafismo, permitam-me que neste momento retome as palavras de outrora dos nossos colegas, camaradas de luta:

O “Sindicato dos Professores” procurará ser, principalmente, um promotor de reflexão e debate em volta de temas sindicais e de ensino, um organizador colectivo e um factor de unidade e coesão da classe.

Boletim do Sindicato dos Professores, N.º 1, Novembro de 1974

Corresponder à necessidade de uma informação regular e actualizada a todos os professores sindicalizados da Grande Lisboa, é o objectivo que preside a esta nova publicação do S.P.G.L. O Escola/Informação cujo número 0 (zero) se coloca agora nas mãos dos colegas, deverá pois, constituir um importante meio de divulgação da actividade sindical na defesa dos interesses e aspirações dos professores, no reforço da unidade e acção dos interesses e aspirações dos professores, em prol da valorização de uma profissão no quadro de um Ensino democratizado e de qualidade.

Escola Informação, 1.ª Série, N.º 0, Outubro de 1981.

Eleição dos elementos do SPGL para a Comissão Coordenadora do Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF

No passado dia 5 de dezembro realizou-se a eleição para a Comissão Coordenadora, a que concorreram duas listas com quatro elementos cada: LISTA A - Por uma aposentação digna e LISTA C – Autonomia sindical.

O resultado desta eleição foi o seguinte: Lista A – 253; Lista C – 35; votos brancos – 4; votos nulos - 2.

Foram assim eleitos 4 elementos da lista A (M. Helena Gonçalves, Everilde Pires, José Caçador, Maria M. Calvet Ricardo).●

Pelo fim da violência nas relações de namoro



O Grupo de Trabalho da Igualdade do SPGL lançou um apelo para o envio de áudios e/ou vídeos que fossem um contributo para o fim da violência nas relações de namoro. Os trabalhos submetidos foram divulgados no dia 14 de fevereiro, podendo agora ser consultados em: www.spgl.pt/pelo-fim-da-violencia-nas-relacoes-de-namoro-2

Parabéns aos/às participantes pelos trabalhos desenvolvidos neste âmbito. ●



DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS

| Ação Reivindicativa

Temos participado, em conjunto com os outros departamentos de aposentados dos sindicatos da FENPROF, em todas as ações reivindicativas organizadas pela FENPROF, CGTP-IN e MURPI e temos apresentado aos partidos políticos concorrentes às eleições de 10 de março as nossas reivindicações de que apresentamos um breve resumo:

- O aumento significativo de todas as pensões de reforma, de modo a repor e melhorar o poder de compra;
- A atualização anual das pensões e a retificação das injustiças praticadas nos aumentos de 2022 e 2023;
- O direito de acesso à aposentação, sem qualquer penalização, dos docentes com 40 anos ou mais de serviço, independentemente da idade;
- O reforço da Segurança Social Pública, Universal e Solidária, procurando novas fontes de financiamento;
- O reforço urgente e sólido do

Serviço Nacional de Saúde (SNS), que implica um plano consequente de investimento e de meios humanos e técnicos;

- A criação de serviços de geriatria nos serviços de saúde de proximidade e da Rede Hospitalar do SNS, com aposta na formação de técnicos de saúde para esta valência;
- A criação de uma rede pública de lares, o desenvolvimento do Serviço Nacional de Cuidados Integrados, na sua componente pública, nomeadamente, dos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD);
- A manutenção da ADSE dentro do sector público, como sistema complementar de saúde e como parte integrante do estatuto laboral dos trabalhadores da Administração Pública;
- A reposição da percentagem dos 30% nas despesas com a saúde, a aplicar em sede IRS na dedução à coleta, em substituição dos atuais 15%;
- O alargamento dos descontos, para a 3ª idade, no acesso a manifestações culturais, nos transportes públicos e nos passes sociais.●



DEPARTAMENTO DE PROFESSORES
E EDUCADORES APOSENTADOS

| Visitas culturais

No dia 18 de janeiro juntámos 2 grupos de 30 sócios aposentados numa **visita guiada à exposição “O Castelo Surrealista de Mário Cesariny”, no MAAT.** Foi uma ação muito apreciada por todos, em que se pôde ver e sentir as obras da figura mais importante do surrealismo em Portugal, celebrando o seu centenário e comemorando a sua obra poética e plástica.

Pudemos ainda apreciar uma **exposição individual de Joana Vasconcelos, onde são apresentadas sete obras inéditas: a inédita Drag Race (2023), que estabelece um diálogo com War Games (2011), duas via-**

turas convencionais transformadas em obras de arte, a primeira exuberantemente ornamentada com talha dourada e plumas e a segunda coberta com espingardas brinquedo e recheada com bonecos de peluche, a máscara de espelhos popularizada com o título *I’ll Be Your Mirror* (2019), o gigantesco anel *Solitário* (2018), que está instalado no exterior do museu e a escultura têxtil *Valkyrie Octopus* criada em 2015 para o resort MGM Macau, pela primeira vez na Europa, agora na Galeria Oval. No dia 15 de fevereiro realizámos a visita guiada à exposição “O Tesouro dos Reis. Obras-primas do Terra Sancta Museum”, na Gulbenkian. ●

Proposta de Orçamento para 2024 e Relatório de Atividades 2022-23

Reunido no dia 24 de janeiro, o Conselho Geral aprovou por maioria a proposta de Orçamento do SPGL para 2024 apresentado pela Direção, que mereceu um parecer favorável do Conselho Fiscal. O Relatório Anual de Atividade Sindical (2022/2023) mereceu parecer favorável do Conselho Geral. ●

O Centro de Documentação nos 50 anos do SPGL

No ano em que celebramos o 50º aniversário do SPGL, vários são os motivos de interesse que importa assinalar na vida deste que é o maior sindicato de professores do país.

Desde a sua fundação, o SPGL herdou o espaço e o espólio do sindicato corporativo extinto com o 25 de Abril, incluindo uma vasta biblioteca que passou décadas encaixotada e arre-dada dos olhares e das mãos de professores, investigadores, estudantes ou apenas curiosos leitores.

O acervo bibliográfico (cujo tratamento ainda não está concluído) foi, todavia, crescendo e nestes 50 anos, entre ofertas e aquisições, reuniram-se mais umas centenas de exemplares. E porque o conhecimento e o acesso à informação são condições nucleares para uma cidadania responsável e participativa, partilhamos na nossa página os títulos que nos últimos 50 anos passaram a integrar a vida do sindicato, com o objetivo de despertar o interesse dos sócios pelo Centro de Documentação. Das edições publicadas entre 1974 e 1980 destacamos a obra de Fernando Lopes-Graça, A Canção Popular Portuguesa; o trabalho de Vitorino Magalhães Godinho, A Educação num Portugal em mudança; a antologia organizada por Orlando Neves, Textos Históricos da Revolução; a obra de Lia Viegas intitulada A Constituição e a condição da mulher; e ainda os materiais do 1º Seminário sindical sobre higiene e segurança no trabalho, organizado pela CGTP. ●

Paula Velasquez | Técnica Assessora



ESPAÇO
Antonio
Borges
Gonçalves
espaço abc



REPORTAGEM
FOTOGRAFICA



Carrara ou como a palavra condiciona o olhar

Quando este número do Escola Informação chegar às suas mãos, poderá lamentar-se de, se for esse o caso, não ter visitado a exposição que ocupou o Espaço ABC entre 4 de janeiro e 15 de fevereiro. Carrara remete-nos para a cidade com esse nome mas também para os seus celebrizados mármore. Mas o que Pilar Blat e Pasqual Gomes nos oferecem não é mármore. Pelo contrário, são “materiais frágeis, leves, transparentes, às vezes descartáveis, baratos, como papel. Porém, olhamos para as paredes e mesas onde os trabalhos estão expostos e, certamente sugestionados pelo título da exposição, tudo nos parece mesmo mármore: tabuleiros marmóreos de xadrez, candeeiros, material pesado para decorar paredes... Tudo em tons que descansam o nosso olhar e, por isso mesmo nos encantam”. Como se escreve na folha de sala: [nestes trabalhos expostos] “Um lenço de papel pode parecer uma lâmina de mármore, uma pincelada branca em papelão branco, um corte causado pela extração”.

Se perdeu esta exposição, só lhe posso dar um conselho: não hesite se vir anunciada uma futura exposição de Pilar Blat e Pasqual Gomes, licenciados em Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade Politécnica de Valência. ●

António Avelãs | Dirigente SPGL



PISSARRO

CAMINHOS DE SOL E SOMBRA

EXPOSIÇÃO DE PINTURA

DE 22 DE FEVEREIRO
A 4 DE ABRIL DE 2024

ESPAÇO ABC | SEDE DO SPGL

«Em tons quentes e/ou sombrios a mensagem traduz-se por imagens que ora pintam, ora gravam, ora desenham o nosso imaginário. São antigos e longos caminhos que exigem ser percorridos e apreciados devagar. Assim, sem pressas, e com o olhar afinado ficarão os caminheiros preparados para a surpresa de entender segredos, e com eles, levar a alma» ●

sugestões



LEITURAS

Misericórdia

Lídia Jorge

Dom Quixote, 2022

Amar a vida, “*amá-la o mais longamente possível!*”

“Misericórdia”, de Lídia Jorge, que entre múltiplos prémios venceu o Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues, da FENPROF, foi o tema de um Webinar, a 23 de janeiro, com a apresentação do livro por Paulo Sucena, em diálogo com a autora.

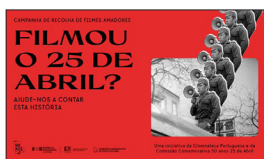
“Lídia Jorge é uma voz imprescindível para os desconcertos do mundo e na defesa de princípios que assegurem o respeito pelo ser humano e pela natureza e propiciem o desenvolvimento político, económico, social, cultural e ecológico do seu país e do mundo”, sublinhou Paulo Sucena. Uma forma de estar que se reflete na sua obra e, naturalmente, neste livro, em que a complexa figura central, Dona Alberti, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, não desiste da vida, “nem de amá-la o mais longamente possível”.

Ainda nas palavras de Paulo Sucena, “é um romance de afirmação da força existencial da consciência humana na procura de um sentido para a vida e, também, um romance em que a narradora é uma voz consequente na afirmação da dignidade”.

Para Lídia Jorge, este foi um romance escrito “sob o impulso do luto” pela mãe. A resposta a um pedido seu. Escreveu “sobre a resistência dela. A resistência, o amor à vida, a capacidade de luta”. Um livro sobre compaixão. Compaixão no sentido mais vasto. Porque “a compaixão tem esse lado amplo que é o do sentido de ter compaixão, o sentido pela criação, pela criação do mundo, de que a própria pessoa é o exemplo da criação”.

Para nós, leitores, “uma batalha humana vista dentro da intimidade, a batalha humana que todos nós sentimos”. Imperdível.●

Lígia Calapez

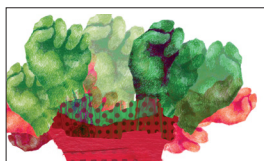


Filmou o 25 de Abril?

A Cinemateca Portuguesa e a Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril promovem uma Campanha de recolha de filmes amadores inéditos sobre a Revolução.

+ INF: <https://www.cinemateca.pt/Cinemateca/Destaques/%C2%AB-Filmou-o-25-de-Abril-%C2%BB-Cinemateca-e-Comissao-lanc.aspx>

EXPOSIÇÕES



50 Cravos

Centenas de cartazes de Sérgio Condeço estiveram em diversos pontos do país e convidaram à intervenção popular direta, materializando-se nesta exposição no Museu do Aljube. Não deixe também de visitar a exposição de longa duração!

+ INF: <https://www.museu-doaljube.pt/exposicoes/>



Cantar Mais Liberdade – Aprender Abril Hoje

O projeto Cantar Mais Liberdade, concebido pela Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM) com a curadoria do músico Vitorino Salomé, pretende aliar a História da Democracia em Portugal às canções, aos processos de criação musical e às práticas artísticas em ambiente educativo.

+ INF: <https://agenda.50anos25abril.pt/evento/cantar-mais-liberdade-aprender-abril-hoje>

2024

JORNADAS PEDAGÓGICAS

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA

Mais informação:

A colorful map of Lisbon is shown at the bottom of the banner, with various districts labeled in different colors: Amadora, Sintra, Cascaes, Lisboa, Almada, Setúbal, Beja, Faro, Évora, Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Viseu, Leiria, Aveiro, Vila Nova de Gaia, Porto, Braga, and Faro. The map is decorated with small icons of people and musical notes.



SPGL

Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede

Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgl@spgl.pt
www.spgl.pt

**Direção Regional
de Lisboa**

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax:
213819199
drilisboa@spgl.pt

**Direção Regional
do Oeste**

Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa,
4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@
spgl.pt

Torres Vedras
Bª Vila Morena, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@
spgl.pt

**Direção Regional
de Santarém**

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.

Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes
Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196

Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt
Torres Novas
R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional
de Setúbal**

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax:

265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40
- r/c 2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax:
212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
Almada
R. D. Álvaro Abranches da
Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax:
212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

www.spgl.pt

